

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017

GT 5 – Política e Economia da Informação

UNIVERSIDADE E BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA NO BRASIL: O CASO DA BIBLIOTECA CENTRAL DO GRAGOATÁ DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Marina Mayrinck (Universidade Federal Fluminense - UFF)

Elisabete Gonçalves de Souza (Universidade Federal Fluminense - UFF)

UNIVERSITY AND UNIVERSITY LIBRARY IN BRAZIL: THE CASE OF THE GRAGOATÁ CENTRAL LIBRARY OF THE FEDERAL FLUMINENSE UNIVERSITY

Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

Resumo: Contextualiza as bibliotecas universitárias aproximando-as do conceito de regime de informação, entendendo-as como instituições comunicativas, organizadoras e produtoras de informações e conhecimentos. Tem como objetivo conhecer os fundamentos sociopolíticos do projeto que deu origem à Biblioteca Central do Gragoatá da Universidade Federal Fluminense, biblioteca inaugurada em 1994, com recursos oriundos do acordo político-financeiro realizado entre o Ministério da Educação do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Discute a biblioteca universitária como espaço de formação humana, cuja ação se realiza por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, ações estas indissociáveis tendo em vista a função social desta instituição para a sociedade em geral. Mostra que os projetos para a criação das bibliotecas universitárias e o conceito de campus universitário surgem como uma exigência da Reforma Universitária de 1968, cuja política se estende até as décadas seguintes. Aborda a história da formação da Universidade Federal Fluminense, da formação do Núcleo de Documentação e a criação da Biblioteca Central do Gragoatá. Para compreender a história desta biblioteca e sua função acadêmica e social, além do levantamento de fontes primárias, recorreu-se às memórias individuais, por meio de entrevistas e depoimentos junto aos diretores do Núcleo de Documentação e chefias da biblioteca, pessoas que estiveram envolvidas em seu projeto, que viveram o seu cotidiano e fizeram parte da sua história.

Palavras-chave: Ensino superior no Brasil; Biblioteca universitária; Universidade Federal Fluminense; Biblioteca Central do Gragoatá.

Abstract: Contextualizes university libraries by approaching them from the concept of information system, understanding them as communicative, organizing and information-producing institutions. It aims to know the socio-political foundations of the project that gave rise to the Central Library of Gragoatá of the Federal Fluminense University, a library inaugurated in 1994, with resources derived from the political-financial agreement between the Brazilian Ministry of Education and the Inter-American Development Bank. It discusses the university library as a space for human formation, whose action is carried out through teaching, research and extension, these actions inseparable in

view of the social function of this institution for society in general. It shows that the projects for the creation of university libraries and the concept of university campus appear as a demand of the University Reform of 1968, whose policy extends through the following decades. It covers the history of the formation of the Universidade Federal Fluminense, the formation of the Documentation Nucleus and the creation of the Biblioteca Central do Gragoatá. In order to understand the history of this library and its academic and social function, in addition to the survey of primary sources, we used individual memoirs, through interviews and testimonies with the directors of the Documentation Center and library heads, people who were involved with the project, lived it daily and made history.

Key words: Higher education in Brazil; Brazilian university; University library; Universidade Federal Fluminense; Central Library of Gragoatá.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz os resultados da pesquisa realizada no Programa de pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense, cujo objeto de estudo são as bibliotecas universitárias.

Apesar existirem desde 1945¹, as bibliotecas universitárias expandiram-se após a Reforma Universitária de 1968. O arranjo administrativo por área de conhecimento e a reorganização dos espaços em *campi*, conforme propunha a Lei 5.540/68, consolidou a biblioteca central como modelo hegemônico na esfera do ensino superior brasileiro.

De acordo com Gico (1990 apud SILVA, 2010), as bibliotecas universitárias não foram citadas na Reforma Universitária de 1968, mas foram mencionadas nos relatórios, entregues pelos consultores estrangeiros ao governo brasileiro, cujas recomendações foram: a integração ao ciclo básico; instalações no centro do campus, de modo que os acessos irradiassem dela para todas as direções; institucionalização da biblioteca central enquanto órgão suplementar; exigência da biblioteca para autorização e reconhecimento de cursos.

Em termos contextuais, a pesquisa situa as bibliotecas universitárias como espaços que expressam as concepções sobre as políticas de ensino, ciência e tecnologia em curso nos diferentes contextos das políticas governamentais. Sua escolha como objeto de pesquisa ocorreu no sentido de conhecer como os debates sobre a universidade no Brasil e suas bibliotecas vieram se constituindo face às novas diretrizes impostas pela Reforma Universitária de 1968 e de que forma essas discussões afetaram as bibliotecas universitárias e seus profissionais.

¹ Conforme Cunha (2016), a primeira dessas instituições surge em 1945: a Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); a segunda em 1947: a Biblioteca Central da Universidade de São Paulo (USP).

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

São referenciais teóricos para as discussões sobre o ensino superior no Brasil e a Reforma Universitária de 1968 os estudos de Germano (1994). Para as questões relacionadas aos acordos firmados pelo Ministério de Educação (MEC) com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), conhecidos como acordos MEC-BID, e seus impactos na educação pública superior e nas bibliotecas nas décadas de 1970-1980, contamos com os estudos de Gonzáles de Gómes (2002; 2011) e suas reflexões sobre Estado e regimes de informação, além das análises de Chauí (2001) sobre as reformas na universidade brasileira; o abandono da concepção institucional e formadora a favor de uma concepção produtivista e funcional.

O objetivo que norteou a pesquisa foi conhecer como se deu a criação da Biblioteca Central do Gragoatá (daqui em diante BCG) da Universidade Federal Fluminense, os fundamentos sociopolíticos de seu projeto e a forma como vem cumprindo sua proposta acadêmica, social e cultural.

Em termos metodológicos trata-se de pesquisa qualitativa do tipo exploratória, desenvolvida em duas fases: a primeira envolveu revisão de literatura e levantamento de documentos sobre a criação do campus do Gragoatá e de sua biblioteca central. A segunda fase voltou-se para o objeto em si tomando-o na perspectiva de um estudo de caso. Nesse momento procurou-se mapear como a BCG se desenvolveu nesses últimos vinte e dois anos. Essa fase arrolou duas etapas: na primeira o foco foi levantar dados objetivos sobre a ação da BCG (quantidade de títulos, volumes, serviços bibliográficos oferecidos, atendimentos realizados, número de funcionários, etc.). A intenção foi levantar dados sobre a materialidade da biblioteca, seu espaço e serviços. Na segunda fase procurou-se conhecer a biblioteca a partir de seus dirigentes. A estratégia metodológica usada foi a entrevista não-estruturada.

A busca de fontes orais nos ajudou a (re)construir a história da BCG, uma história que é compartilhada oralmente e que está nas memórias dos seus antigos funcionários, mas praticamente esquecida pelos mais novos e totalmente desconhecida da comunidade universitária que usa suas instalações. Nessa direção a questão que moveu a pesquisa foi: sob quais forças sociopolíticas foi criada a Biblioteca Central do Gragoatá (BCG/UFF), de que forma ela vem cumprindo a sua trajetória acadêmica e como vem se inserindo na cultura da universidade e na sociedade em geral?

2 REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968: política, informação e bibliotecas

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

Com a promulgação da Lei da Reforma Universitária (BRASIL, 1968) as bibliotecas universitárias das instituições federais de ensino passaram a ser vistas pelos órgãos superiores, Conselho Federal de Educação (CFE), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), como um recurso pedagógico e de fomento ao desenvolvimento de pesquisas e que para tanto deveriam ser ampliadas, mas não com muito custo. Daí surge a ideia da centralização, por entenderem ser essa modalidade de gestão de bibliotecas a que melhor atendia os preceitos da racionalização dos serviços e otimização da aplicação dos recursos humanos e financeiros, ideia também acatada pelos bibliotecários, que desde os anos de 1960 defendiam esse modelo de biblioteca, sendo a UFF a primeira universidade a criar um Núcleo de Documentação (NDC) para centralizar as atividades biblioteconômicas.²

A proposta de centralização das bibliotecas universitárias se coaduna com os programas de expansão das universidades federais, cuja ideia-força pautava-se no incentivo à construção de grandes *campi* urbanos, conforme propunham os técnicos do USAID³, organismo norte-americano que desde 1961 vinha firmando acordos com governos dos estados e governo federal como parte da “Aliança para o Progresso”⁴. (GERMANO, 1994, p. 125). Os acordos MEC-USAID recrudesceram após o golpe civil-militar de 1964 passando agência a destinar recursos à educação primária e alfabetização de adultos, além de auxiliar técnica e financeiramente o governo militar a fazer a reforma do ensino superior.

Os acordos entre o MEC e o USAID se estenderam a outros níveis e modalidades de ensino levando centenas de brasileiros para treinamento nos EUA, questão que suscitou debates entre intelectuais e cientistas brasileiros sobre o que chamaram de “roubo de cérebros”. Assim, entre 1963 e 1970, a USAID-Nordeste enviou cerca de 1.200 bolsistas para o território norte-americano. Além disso, impuseram o consumo de tecnologias avançadas, como satélites, visando implementar no país programas de tele-educação, pois conheciam o poder informacional e educacional da mídia televisiva e a carga ideológica que esta poderia

² Segundo Santos (2012), o modelo da centralização de acervos e serviços já vinha sendo praticado no Brasil. Na Universidade de São Paulo, em 1947, foi criada a primeira Biblioteca Central, sendo desenvolvido o Serviço de Catálogo Coletivo de Livros e Periódicos. Em 1953, a Biblioteca da Universidade de Recife cria o Serviço Central de Bibliotecas (aquisição e processamento técnico); em 1960, a Biblioteca da Universidade Federal da Bahia inicia o Serviço Central de Informação Bibliográfica.

³ USAID (*United States Agency for International Development*), órgão do governo dos Estados Unidos encarregado de distribuir ajuda externa de caráter civil.

⁴ Aliança para o Progresso: projeto político executado pelo governo dos Estados Unidos durante a presidência de John F. Kennedy. O objetivo era integrar os países da América nos aspectos político, econômico, social e cultural frente à ameaça soviética e da possível propagação do regime comunista no continente.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

disseminar. Esse aspecto do acordo mostra-nos a força dos aparatos informacionais na disputa pela hegemonia mundial, conforme ressalta Burke (2007, p. 6) ao afirmar:

As preocupações dos Estados Unidos sobre o declínio de sua posição competitiva na remodelada economia mundial da década de 1970 e as ameaças à sua liderança na pesquisa científica criou uma nova rodada de intenso interesse, focada na disseminação da informação científica e técnica patrocinada pelo governo (BURKE, 2007, p. 6).

Outro aspecto muito debatido foi a acentuada preocupação da Reforma Universitária em relacionar educação e mercado de trabalho. Desse modo o sistema educacional - ensinos médio e superior - prepararia a força de trabalho para o sistema produtivo e as instituições não-universitárias se dedicariam à pesquisa. São nessas instituições que surgem os chamados “centros de informação documentação”, enquanto que para a universidade o definiu-se como modelo a biblioteca central, visando à racionalização de recursos e mão de obra.

Esse aspecto da Reforma Universitária, a preocupação com a profissionalização e com o mercado de trabalho, vai ao encontro das análises de Burke (2007) que ressalta que, nos EUA, o progresso acadêmico foi além da pesquisa. Um mercado de trabalho promissor guiou os programas de ciência da informação para a formação profissional a ser estabelecida em todo o país, fazendo surgir uma nova geração de cientistas da informação, “a primeira a ter sido formalmente treinada na prática” (BURKE, 2007, p. 14).

No Brasil, diferentemente do que ocorria nos países considerados de primeiro mundo, as principais fontes de recursos financeiros para o desenvolvimento de pesquisas não foram para as universidades, mas para as instituições de pesquisa não-universitárias, em áreas economicamente estratégicas como a de petróleo, energia elétrica, agricultura, entre outras. Ou seja: cabia prioritariamente às universidades a formação de recursos humanos e às instituições não-universitárias a atividade de pesquisa. Conforme ressalta González de Gómez (2012, p. 31), “cada nova configuração de um regime de informação resulta e condiciona diferentes modos de configuração de uma ordem sociocultural e política”.

Apesar da concepção profissionalizante das universidades prevalecer, percebe-se uma preocupação com investimento na área de pesquisa. A intenção do governo “[...] era manter junto à burocracia governamental uma reserva de especialistas de alta qualificação” (CUNHA, 2007, p. 175), tendo em vista os avanços do projeto desenvolvimentista e a

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

inserção do Brasil no cenário produtivo mundial, marcado pela internacionalização do capitalismo.

No cenário da guerra fria [a] inclusão da ciência nos programas de segurança e desenvolvimento [...] demandava novas figuras organizacionais e novas estruturas de gestão. Os grandes projetos de pesquisa “orientados à missão”, junto a mudança de escala do empreendimento científico, requeriam programas coordenados de ação com uma pluralidade de atores e comunidades participantes, com diferentes áreas de atuação e vinculações institucionais: pesquisa, indústria, governo (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 46).

As universidades públicas, em geral, e suas bibliotecas, em particular, estão incluídas nesse contexto, pois fazem parte de uma rede de informação e conhecimento. Frohmann (1995, p. 3) afirma que:

Qualquer sistema ou rede na qual a informação flui através de canais e de produtores específicos, através de estruturas organizacionais específicas, para os consumidores ou usuários específicos de um regime de informação. Radiodifusão, televisão, distribuição de filmes, publicação acadêmica, bibliotecas [...] estes são os nós de redes de informação, ou elementos dos regimes específicos de informações (FROHMANN, 1995, p. 3).

No entanto, no que diz respeito às bibliotecas universitárias das instituições federais de ensino superior, estas foram consideradas pela equipe da agência norte-americana como insatisfatórias para o novo modelo de ensino superior que se inaugurava no Brasil, em que as universidades deixavam de ser pensadas como instituições sociais para se tornarem organizações funcionais, voltadas para cumprir as exigências do novo regime de informação, “[...] adaptando-se às exigências do mercado, [alterando] seus currículos, programas e atividades para garantir a inserção profissional dos estudantes no mercado de trabalho (CHAUÍ, 2001, p. 189), sendo a ênfase nos empregos e a utilidade da pesquisa o que garantiria à universidade sua presença no modelo de desenvolvimento em curso no país.

Na década de 1980, três acordos financeiros foram estabelecidos pelo Ministério da Educação e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (acordos MEC-BID), com o objetivo de proporcionar às universidades a “adequação do seu espaço físico e a aquisição dos meios técnicos (treinamento e equipamentos) para melhorar os sistemas de planejamento, administração, controle e qualidade do ensino, entre outros” (NOGUEIRA, 2008, p. 94).

Esses acordos implicaram na construção de um “novo território universitário”, inspirado no modelo norte-americano: os *campi*, modelo de territorialização cujo objetivo era reunir, numa única área geográfica, diversas e distintas unidades implantadas de

maneira integrada, tornando-se, segundo Nogueira (2008, p. 94) “um modo eficiente de controlar o movimento estudantil e a produção acadêmica”.

3 A CRIAÇÃO DA BIBLIOTECA CENTRAL DO CAMPUS DO GRAGOATÁ

Para iniciar a discussão a respeito da criação da BCG é preciso primeiro abordar a história da formação da Universidade Federal Fluminense, a criação do Núcleo de Documentação (NDC) e a política de biblioteca desenvolvida pelo Núcleo, hoje Superintendência de Documentação.

A Universidade Federal Fluminense - UFF - foi criada pela Lei nº 3.848, de 18 de dezembro de 1960, com o nome de Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UFERJ, “[...] através da incorporação de instituições federais, estaduais e particulares existentes na cidade de Niterói” (ALBUQUERQUE, 1990, p. 157).

Sua denominação - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UFERJ obedecia ao modelo que previa, pelo menos em tese, a criação de uma universidade federal em todos os estados do Brasil. A UFERJ para se instituir como Universidade incorporou as cinco faculdades federais já existentes em Niterói: a) Faculdade de Direito de Niterói; b) Faculdade Fluminense de Medicina; c) Faculdade de Farmácia e Odontologia; d) Escola de Odontologia; e, e) Escola Fluminense de Medicina Veterinária.

Ao longo de quase uma década a “Universidade desenvolveu suas atividades utilizando-se das edificações difundidas na malha urbana”. Em 1969, adotando integralmente os princípios da Reforma Universitária, a UFF expandiu suas atividades, esbarrando em grandes dificuldades dadas as limitações de áreas físicas e a “complexidade de fluxos resultantes de suas edificações dispersas. Para solucionar este problema tornou-se necessário a implantação do Campus Universitário” (ALBURQUEQUE, 1990, p. 157).

Conforme Nogueira (2008), a institucionalização do campus universitário teve como padrão arquitetônico o modelo norte-americano. O projeto foi reiterado pela seqüência de três acordos financeiros estabelecidos entre o governo brasileiro (através do MEC) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Os projetos financiados pelos acordos MEC-BID tinham como objetivo explícito “proporcionar a adequação do seu espaço físico e a aquisição dos meios técnicos (treinamento e equipamentos) para melhorar os sistemas de planejamento, administração,

controle e qualidade do ensino, entre outros”, mas implicitamente significavam maior controle da população universitária tendo em vista a introdução do modelo de créditos. Sendo assim, “o modelo campus se constituiu como um modo eficiente de controlar o movimento estudantil e a produção acadêmica” (NOGUEIRA, 2008, p. 94).

No modelo campus, os prédios foram projetados [...] para atender a funções específicas (usos) e não, particularmente, às unidades de ensino: prédios de laboratórios, prédio de sala de aula, prédio de biblioteca, prédio de restaurante, por exemplo. [...] Além disso, os prédios nesse modelo não são monumentais e são integrados entre si formando um conjunto (uma totalidade), porque a atividade acadêmica foi organizada a partir do “departamento”, e não mais para cada unidade de ensino, dentro de uma perspectiva contida na lógica da universidade para a modernização (NOGUEIRA, 2008, p. 94-95).

Essa citação de Nogueira (2008) permite-nos dizer que os acordos MEC-BID realizados em 1980 ainda guardavam as intencionalidades da reforma autoritária de 1968, na época ainda em vigor, tendo em vista que só com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) é que a Lei 5540/68 deixou de ordenar o estatuto jurídico da universidade brasileira.

Esther Buffa e Gelson Pinto (2016) em seus estudos sobre a territorialização das universidades brasileiras destacam o “Manual sobre o planejamento integral de campus universitário” elaborado por Rudolf Atcon, consultor do USAID, e aprovado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), que o publicou em 1970. “O manual tinha por objetivo orientar a introdução da Reforma Universitária recém-elaborada e o planejamento dos *campi* universitários” (BUFFA; PINTO, 2016, p. 880).

Para Atcon, o campus universitário, por ser um conjunto homogêneo permitiria facilidade de controle e administração, além de oferecer “uma estrutura didática bastante diferente daquela das faculdades isoladas. Uma estrutura que pudesse favorecer os aspectos de racionalidade e de baixo custo de construção, administração e controle” (BUFFA; PINTO, 2016, p. 821).

Apesar dos esforços materializados nos relatórios resultantes das propostas de acordos internacionais, nenhum campus universitário brasileiro foi construído seguindo o modelo proposto no Manual de Atcon, mas “[...] muitas de suas ideias foram incorporadas na construção de diversos *campi*, até porque elas faziam parte da política educacional dos governos militares para o ensino superior brasileiro” (BUFFA; PINTO, 2016, p. 822).

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

Nessa direção, pode-se dizer que o modelo do campus idealizado pelos grupos que conduziram a Reforma Universitária se coadunava com o modelo de universidade funcional “voltada para a formação rápida de profissionais requisitados como mão-de-obra altamente qualificada para o mercado de trabalho” (CHAUI, 2001, p. 189), afastando-se do modelo idealizado por Anísio Teixeira, para quem a função da universidade só se faz autêntica e verdadeira quando “[...] o conhecimento, o saber humano, não se transmite sem que a nação participe do seu processo de elaboração. A simples importação dos produtos desse saber ou conhecimento não cria a cultura num país” (TEIXEIRA, 1989, cap. 7, não paginado).

Para Anísio Teixeira, segundo Mendonça (2003) a Universidade seria a instituição, por excelência, para a construção da cultura na sua acepção mais avançada enquanto expressão das sociedades contemporâneas; “base científica e tecnológica onde se formaria o novo intelectual a quem competiria exercer a direção da sociedade”. Ela seria o principal foco de irradiação de uma nova mentalidade científica que difundida ao máximo nos levaria a conseguir “uma relativa homogeneidade que viabilizaria o próprio exercício da direção social” (MENDONÇA, 2003, p. 153). No entanto, como vimos na seção anterior, essa concepção de universidade voltada para o ensino, à pesquisa e à formação foi deixada de lado com a Reforma Universitária de 1968

Nesse contexto, ainda nos anos de 1970, a UFF definiu a adoção de um Campus Universitário e contratou a empresa Planejamento e Assessoria Administrativa S/A – PLANASA - para elaborar o “Projeto de Implantação do Campus Universitário” e construí-lo. A empresa considerou três possibilidades de localização: o aproveitamento das unidades existentes na cidade de Niterói; a implantação do campus nas áreas do Morro de São João Batista (Valonguinho), Gragoatá e Praia Vermelha; e a instalação de um campus no município de São Gonçalo (NOGUEIRA et al., 2011, p. 7).

Para cada uma das três áreas integrantes do Campus Universitário seria construída uma Biblioteca Central. A comissão encarregada de estabelecer as diretrizes para as Bibliotecas da Universidade foi formada por bibliotecários do NDC assessorados pelos técnicos do Escritório Técnico do Campus e concluiu, após estudos, que as diversas bibliotecas existentes na Universidade deveriam ser unificadas em Bibliotecas Centrais (ALBURQUEQUE, 1990, p. 157). Foi, então, prevista a edificação de três grandes bibliotecas: Biblioteca de Ciências Médicas, Biblioteca de Ciências Exatas e Tecnológica e Biblioteca de Ciências Humanas, mais tarde denominada Biblioteca Central do Campus do Gragoatá (BCG),

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

a única cujo projeto foi levado adiante. Seu projeto seguiu as diretrizes políticas impostas pela Reforma Universitária que previa “[...] expansão estrutural, com a construção de grandes prédios de bibliotecas centralizadas, e a consolidação de Cursos de Biblioteconomia voltados para a formação predominantemente técnica de profissionais, oriunda da experiência americana” (SILVA, 2010, p. 19).

Foi com esse propósito que foi criado, o curso de Biblioteconomia e Documentação da UFF: formar profissionais para trabalharem na própria universidade, dada a carência de bibliotecários na região Leste fluminense, antigo estado do Rio de Janeiro. Até então, os Cursos de Biblioteconomia mais próximos eram o da Biblioteca Nacional e depois o da UNIRIO, ambos localizados no antigo estado da Guanabara.

No entanto, a construção da Biblioteca de Ciências Humanas (posteriormente denominada BCG) não foi uma empreitada fácil. Em documento enviado ao Sr Francisco da PROPLAN a Diretora do NDC, Prof.^a Eliana de Souza, chama a atenção que “devido a problemas financeiros a conclusão da obra foi paralisada”. A diretora continua argumentando que a liberação de recursos financeiros para conclusão do prédio “possibilitará a reunião dos acervos de 08 bibliotecas setoriais (Economia, Administração, Letras, Educação, Ciências Humanas e Filosofia, Direito, Serviço Social e Arte e Comunicação Social)”. Acrescenta que a centralização das bibliotecas da área de Ciências humanas “tornará mais acessível o acervo constituído de 96.000 volumes de livros e 80.000 fascículos de publicações periódicas” (UFF, 1991, f. 1).

Apesar dos apelos, a Biblioteca Central do Gragoatá (BCG) só teve a sua obra concluída em 1994, sendo inaugurada em 25 de abril desse mesmo ano. Sua inauguração marcou, sobretudo, pelo fato de ser o primeiro prédio projetado e construído para uma biblioteca na Universidade.

Na busca de mais informações sobre o tema colhemos o depoimento da arquiteta Márcia Maria Pinheiro de Oliveira, que entre julho de 1981 a setembro de 1993, trabalhou no Escritório Técnico do Campus como membro da Equipe Técnica da UFF para Coordenação do Projeto MEC-BID III.

Quando questionada sobre a concepção de biblioteca universitária que marcou a ação dos envolvidos no projeto do Campus da UFF, Márcia ressalta os seminários envolvendo os técnicos e os bibliotecários, sendo a ideia predominante a organização de bibliotecas centralizadas por área de conhecimento. De acordo com o seu depoimento, “[...]”

essa concepção foi solicitada pelos gestores da UFF para todos os campi da instituição. A equipe do Escritório Técnico do Campus buscou atender à solicitação do seu cliente - a universidade. Desta forma para o campus do Gragoatá foi destinada a biblioteca central de ciências sociais e humanas [...] (OLIVEIRA. Depoimento, 2017).

Passados cerca de trinta anos, só recentemente, com as verbas do REUNI⁵ o projeto do campus universitário da UFF foi parcialmente concluído. Novos prédios foram erguidos e o bloco para a moradia estudantil finalmente construído. No entanto, muito ainda se tem por fazer. As verbas do REUNI terminaram e o prédio do Instituto de Arte e Comunicação Social, por exemplo, que abrigará o Departamento de Ciência da Informação, não foi concluído. O projeto de expansão da BCG também não saiu do papel. A contrapartida para o envio desses recursos foi o aumento de vagas nas graduações e pós-graduações, o que fez com que essa segunda fase da expansão se desse de forma precarizada. Esse processo de expansão desordenada vem prejudicando não só a qualidade da educação oferecida pela universidade, mas também o atendimento de suas bibliotecas, pois novos cursos foram criados, aumentando as demandas por serviços informacionais, mas não houve aumento no número de funcionários administrativos, pelo contrário, há uma retração destes profissionais sendo a sua ausência substituída por trabalhadores terceirizados⁶.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Conforme Braga (2007), a metodologia qualitativa se aplica às áreas em que se tem pouco conhecimento teórico ou conceitual ou às pesquisas que não possuem hipóteses

⁵ O REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Informações retiradas do site do MEC <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni> Acesso em 22 jun. 2017.

⁶ Em pesquisa realizada em 2011, Leandro Busquet (2012) já assinalava essa situação. Segundo suas análises a inflexão negativa no quadro de servidores públicos federais [...] “se inicia com uma queda constante no ano de 1992 e a inflexão mais acentuada no quadro da biblioteca se faz notar a partir de 2000, que coincide com um dos pontos mais baixos do número de servidores federais” (BUSQUET, 2012, p. 129), conforme dados levantados pelo o autor junto ao IPEA.

Em depoimento, para essa pesquisa, a atual Chefe da BCG, Ângela Albuquerque de Insfrán, reforça o quanto é fundamental “[...] a ampliação do número de bibliotecários e funcionários técnico-administrativos para que da BCG possa melhorar o seu atendimento e serviços, assim como preservar e proteger seu acervo bibliográfico, atualizar sua base de dados e implementar novos produtos e serviços”. Ressalta que sem o apoio dos prestadores de serviço não conseguiria abrir a biblioteca, mas lamenta, pois “tratam-se de pessoas em cujo investimento em capacitação logo se perde, pois como os salários são baixos, logo que encontram algo melhor e vão embora. Eu compreendo, é justo” (INSFRÁN. Depoimento, 2017).

previamente formuladas. Nesses casos “[...] os métodos qualitativos ajudam não apenas a compreender o objeto de estudo, mas também a construí-lo a partir de novos aspectos e sob novas perspectivas” (BRAGA, 2007, p. 27). Essa abordagem envolveu duas fases: a primeira exploratória, cujo objetivo foi reunir dados, informações e documentos de modo a averiguar as questões que envolviam o problema anunciado, já que havia poucos estudos sobre a BCG.

A primeira fase envolveu levantamento de documentos sobre a criação da biblioteca, e como sua origem está diretamente vinculada à criação do campus do Gragoatá e diretamente ao projeto MEC BID-III. Procurou-se levantar na Prefeitura do campus e no Arquivo Central da UFF documentos que relatassem como ela foi concebida, atendo-se não apenas à sua concepção arquitetônica, mas político-pedagógica, pois como ressalta Luck (2000, p. 2), as bibliotecas universitárias são “[...] uma instância privilegiada de criação/produção de saberes, formação e difusão da experiência cultural e científica da sociedade”.

A segunda fase voltou-se para o objeto em si tomando-o na perspectiva de um estudo de caso. Nesse momento procurou-se mapear como a BCG se desenvolveu nesses últimos vinte anos. Essa fase arrolou duas etapas: na primeira o foco foi levantar dados objetivos sobre a ação da BCG: quantidade de títulos, volumes, serviços bibliográficos oferecidos, atendimentos realizados, número de funcionários, etc. A intenção foi levantar dados sobre a materialidade da biblioteca, seu espaço e serviços. Essa relação foi apontada por Halbwachs (1990, p. 133), ao estudar os quadros sociais da memória, em que nos chama a atenção para a relação intrínseca entre memória e espaço. De acordo com o autor, os espaços são condicionados pelos grupos, pela força de suas relações sociais e têm uma influência decisiva na própria organização e na constituição do grupo.

[...] o lugar ocupado por um grupo [...] recebeu a marca do grupo, e vice-versa. Então, todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais, e o lugar ocupado por ele é somente a reunião de todos os termos. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outro tanto de aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade (HALBWACHS, 1990, p. 144).

A proposta era conhecer a biblioteca a partir de seus dirigentes e a estratégia metodológica usada foi a entrevista não-estruturada, sendo esta guiada por apenas três

questões: 1) Que concepção de Biblioteca Universitária marcou sua gestão enquanto Chefe da BCG? 2) Para além da função acadêmica, na sua opinião, qual a função social de uma biblioteca universitária? 3) Como bibliotecário e gestor, para você o que significou a criação da BCG?

4 ANÁLISES E RESULTADOS

Como vimos, o projeto de criação da BCG iniciou-se nos anos de 1980 e foi financiado pelo acordo MEC-BID III. A participação dos bibliotecários do Núcleo de Documentação da UFF, órgão gestor do sistema de bibliotecas se deu nos estreitos limites das intervenções técnicas, já que não havia abertura política para se discutir o projeto político da biblioteca, devendo esta se submeter às políticas de informação traçadas pelo governo e endossadas pela Reforma Universitária de 1968 (Lei 5540/68), cujas diretrizes vigoraram até 1996, quando foi promulgada uma nova Lei de diretrizes e bases para a educação nacional (Lei 9394/96).

O levantamento das fontes primárias nos levou a seguinte proposição: o Projeto MEC-BID III era executado diretamente pelo Gabinete do Reitor, enquanto do Núcleo de Documentação era solicitado um movimento visando à capacitação do quadro de funcionários e a melhoria dos serviços bibliotecários. Entre 1980 e 1989 o NDC realizou seis “Seminários Internos de Atualização Profissional”; elaborou projetos de “Formação e Desenvolvimento de Acervos” (1981-1987). “Desenvolvimento de Coleções” (1988-1989); “Programa de Aquisição Planificada” (1988-1990), e “Automação em bibliotecas (1988-1995). Esses projetos se coadunavam com as diretrizes do PNBUE aprovado em 1986.

Conforme relatos encontrados em ata de reunião ocorrida em 07-10-1985, em que arquitetos e bibliotecários discutem o projeto básico referente à primeira etapa de implantação da BCG, nota-se que o foco das discussões é espaço para a acomodação do acervo. Nada se fala da proposta ou do projeto político da biblioteca, de como essa se inseriria no projeto de educação superior vigente nos país.

Em busca de novas fontes que nos levassem a conhecer a proposta política e pedagógica da BCG nos debruçamos também sobre as atas do CEP – Conselho de Ensino e Pesquisa. Foram consultadas atas do período 1980-1994 (sendo 1994 o ano de inauguração da biblioteca), mas em nenhuma das atas a BCG surge como tema de discussão dos conselheiros da UFF.

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

No levantamento feito no Arquivo Central também não encontramos nenhum documento sobre o projeto político e pedagógico da BCG. A consulta nos mostrou que, quando os bibliotecários eram chamados ao Escritório Técnico do Campus as questões giravam em torno de problemas operacionais. Percebe-se que se tratava de uma intervenção de ordem técnica, tendo em vista que todo o projeto da BCG, assim como o projeto de criação do Campus do Gragoatá e da expansão dos demais *campi* (Praia Vermelha e Valonginho) foi conduzido diretamente pela PROPLAN (Pró-Reitoria de Planejamento), gestora dos recursos junto ao BID.

Nas entrevistas realizadas com os gestores, na literatura técnica produzida por eles por meio de relatórios, e mesmo nos artigos científicos que escreveram não encontramos nenhuma crítica a forma como foi conduzida a criação da BCG. Apenas encontramos reclamações quanto ao atraso da obra, que levou quase quinze anos para ser concluída.

Entendemos ser o resgate da memória algo primordial nas instituições, pois não é um simples registro de uma história e sim mantê-la viva de modo a suscitar reflexões. Por isso, como dissemos anteriormente, ao expormos os procedimentos metodológicos, procurou-se ouvir as pessoas que participaram diretamente de seu processo de criação, como os diretores do NDC e os bibliotecários que a dirigiram, pois se percebeu que essas duas instituições (BCG e NDC) têm uma ligação orgânica. A intenção foi conhecer seus olhares sobre essas duas instituições e de que forma a BCG vinha cumprindo (ou não) sua função social e acadêmica. Abaixo descrevemos dois depoimentos, o de Almir Barbio de Azevedo (1995-1998) e o de Angela Albuquerque de Insfrán, atual chefe da BCG, no cargo desde 2009.

Almir Barbio de Azevedo iniciou sua fala destacando que devemos “[...] entender a informação como instrumento para o exercício da cidadania e que, apesar das inúmeras realidades observadas, as bibliotecas universitárias são partes integrantes e atuantes nas Universidades”. Concluiu dizendo que:

[...] um dos objetivos e compromissos da Universidade é com a produção de novos conhecimentos para o desenvolvimento social. Desenvolvimento para toda a sociedade, em todos os níveis sociais, que promova a inclusão [...]. O papel social da biblioteca universitária é o de promover a socialização da informação em benefício do desenvolvimento da educação, da cultura e da ciência (AZEVEDO, Almir Barbio, 2017. Depoimento).

Percebe-se que suas reflexões muito se aproximam das considerações feitas por Goergen (2002, p. 12) para o qual “[...] a universidade, tanto pública quanto privada, deve

ser concebida como instituição social e, por isso, deve estar preocupada com o desenvolvimento equilibrado e integral do ser humano e do meio ambiente”. A fala de Almir Barbio também converge com as reflexões trazidas por Chauí (2001), que vê a universidade como uma instituição social comprometida em difundir a cultura humana, tal como ressaltava Anísio Teixeira ao dizer que cabe à universidade e suas instituições: “[...] difundir a cultura humana”, mas fazendo-o “com inspiração, enriquecendo e vitalizando o saber do passado com a sedução, a atração e o ímpeto do presente” (TEIXEIRA, 1935, apud MENDONÇA, 2003, p. 278).

Para Ângela Albuquerque de Insfrán, atual chefe da BCG, uma Biblioteca Universitária deve “[...] está em consonância com os objetivos da Universidade, ou seja, suprir a demanda de informação oriunda das atividades de ensino, pesquisa e extensão”. Destaca o compromisso da biblioteca com a formação acadêmica e com as demandas dos currículos. Por isso,

[...] procuramos estar atentos aos currículos dos cursos, ao estado da arte das áreas de abrangência do acervo da biblioteca, às novas tecnologias de informação, incluindo a tecnologia assistiva, referente aos novos suportes de informação e equipamentos (INSFRÁN, 2017. Depoimento).

Enfatiza que a biblioteca deve estar em consonância com o perfil de seu usuário “quanto às necessidades informacionais e comportamentais (no que se refere ao uso dos espaços da biblioteca e das barreiras atitudinais)” (INSFRÁN, 2017. Depoimento). Nota-se em sua fala uma preocupação com a acessibilidade física e intelectual das pessoas com deficiência, sendo essa temática uma das bandeiras de sua gestão.

Ângela também ressalta ser a BCG um lugar de produção e promoção cultural ao dizer que a “[...] biblioteca é aberta ao público em geral, e promove em seu espaço eventos culturais como exposições, palestras, atividades musicais, entre outras”. Ao ser questionada sobre a função social da biblioteca universitária disse que “[...] esta propicia o acesso à informação, fomentando a troca e a geração de novos conhecimentos, o que contribui para a construção da identidade sociocultural do indivíduo”. Ao finalizar a sua fala chamou a atenção para a função mediadora dos bibliotecários junto aos usuários na busca de informações para produzir novos conhecimentos. Ao se reportar à função acadêmica da biblioteca universitária disse: “Ela contribui para a apreensão, contextualização e aprimoramento do aprendizado adquirido em sala de aula”. Já sobre as atividades culturais falou que: “[...] estas estimulam a integração da comunidade universitária com o público

externo, ou seja, pessoas sem vínculo formal com a Universidade, tornando o ambiente mais e dinâmico e atrativo” (INSFRAN, 2017. Depoimento).

Em síntese: os depoimentos enfatizaram tanto a dimensão técnica do fazer das bibliotecas universitárias, como lugares de produção de metainformação (bases de dados, bibliografias, etc.), como a sua dimensão social e cultural; destacaram a importância da BCG na Universidade Federal Fluminense e mostraram que suas ações, tanto as restritas ao campo informacional (produção de catálogos, serviços bibliográficos, etc.), como as voltadas para o campo da produção cultural, são indissociáveis, sendo a informação insumo para as atividades culturais e vice-versa. Isso faz com que esta biblioteca ultrapasse os estreitos limites de ser apenas um lugar onde a ação informacional se realiza para se tornar de fato um lugar de produção de conhecimentos, reflexão e crítica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de centralização das bibliotecas universitárias face aos programas de expansão das universidades federais, pautada na construção de grandes *campi* urbanos, conforme propunham os técnicos do USAID, quando consultados pelos articuladores da Reforma Universitária de 1968, abria a discussão em torno de uma política pública para as bibliotecas universitárias até então nunca suscitada.

Nesse contexto, as bibliotecas universitárias passaram a se constituir como obrigatórias para a abertura e credenciamento dos cursos de graduação e pós-graduação face às diretrizes políticas impostas pelo regime de informação em curso na década de 1970, cujo foco era ampliar o ensino superior com vista à formação de mão de obra para atender as demandas do mercado de trabalho, deixando em segundo plano as questões relacionadas à ciência e tecnologias.

No entanto, esse debate pouco pôde ser explorado dadas as condições autoritárias em que foi concebido voltando à tona apenas em 1978, durante o I Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), realizado na UFF em 1978, sendo as discussões ampliadas em 1981, quando participaram da segunda edição do evento entidades centrais do campo informacional e científico, como o IBICT e a CAPES. As discussões foram consolidadas nos eventos seguintes o que levou à criação, em 1986, do I Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU).

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

A concepção de biblioteca central contida nas diretrizes do PNBU foi discutida em vários Seminários Internos desenvolvidos pelo NDC na década de 1980, e em subprojetos elaborados durante a execução do projeto MEC-BID III abrangendo temas como Aquisição Planificada, Comutação bibliográfica, Catalogação Cooperativa, informatização, etc. que vieram a nortear a criação dos serviços da futura Biblioteca Central de Ciências Sociais e Humanas do Campus do Gragoatá - a BCG.

Assim, pode-se dizer que, mesmo não encontrando nos levantamentos feitos no Arquivo Central um projeto político para as bibliotecas centrais que estavam sendo idealizadas para os *campi* da UFF, sabemos que as discussões levantadas nos Seminários Internos promovidos pelo NDC, além do forte compromisso dos bibliotecários em cumprirem as metas do PNBU, foi o modo que estes profissionais encontraram para participar do projeto de criação da BCG.

Ao realizamos entrevistas e colhermos depoimentos percebemos uma ligação orgânica entre o Núcleo de Documentação (hoje Superintendência) e a BCG. As respostas obtidas nos mostraram uma preocupação de seus gestores em conceber a BCG como uma biblioteca que vai além da função de atender as demandas do ensino e da pesquisa, ressaltando sua importância social e cultural para a cidade de Niterói.

A leitura dos relatórios da BCG nos revelou uma biblioteca que vê na ação cultural uma forma de se aproximar da comunidade acadêmica e da sociedade, mostrando-a que a formação, na sua perspectiva integral (formação humana) se dá de diferentes formas: não só por meio dos estudos curriculares, mas também pelo acesso às diferentes expressões artísticas e culturais.

Conforme ressalta González de Gomes (2011), as bibliotecas universitárias, podem ser consideradas como instituições comunicativas (conforme prevê as teses sobre regimes de Informação), as quais se assemelham a um “meio de comunicação de massa” para um grupo local: a comunidade acadêmica. Organizam, preservam e disseminam os saberes culturais e a pesquisa científica que são colocados sob sua guarda e são também produtoras de conhecimento e de informação, expressas em fonte terciárias como os catálogos, repositórios, bases de dados, serviços de alerta, etc. Concluindo, podemos dizer, mais precisamente, que as bibliotecas produzem conhecimento sobre o conhecimento, informação sobre as informações, interdocumentos sobre todas as mediações e inscrições (documentos, artefatos e coleções; informações cadastrais e referenciais); participam das

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

formas estabelecidas de validação e credenciamento da produção do conhecimento. (GONZÁLEZ DE GÓMES, 2011).

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Norma de Oliveira Cavalcanti de et. al. Projeto das Bibliotecas da Universidade Federal Fluminense. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 6.,1990. **Anais** Belém: UFPA/MEC/SESu, 1990. V. 2

AZEVEDO, Almir Barbio. **Depoimento**. Entrevista realizada em março de 2017.

BRAGA, Kátia Soares. Aspectos relevantes para seleção de metodologia adequada à pesquisa social em ciência da informação. In: MUELLER, Suzana P. M. (Org.). **Métodos para a pesquisa em ciência da informação**. Brasília: Thesaurus, 2007.

BRASIL. **Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Brasília: Senado Federal, 1968.

BUFFA, Ester; PINTO, Gelson de Almeida O território da universidade brasileira: o modelo de campus. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21 n. 67 p. 809-831, out./dez. 2016

BURKE, C. History of Information Science. Annual **Review of Information Science and Technology**, University of Maryland, Baltimore County, Vol. 41, p. 3-53, 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: Ed.Unesp, 2001.

CORTES, Andréa Tello da; MARTINS, Ismênia de Lima (orgs.). **50 anos da Universidade Federal Fluminense: 1960-2010**. Niterói: Editora da UFF, 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior da Colônia à Era Vargas**. São Paulo: EDUNESP, 2007.

CUNHA, Murilo Bastos da; DIÓGENES, Fabiene Castelo Branco. A trajetória da biblioteca universitária no Brasil no período de 1901 a 2010. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 21, n. 47, p. 100-123, set. 2016.

FROHMANN, B. Taking policy beyond Information Science: applying the actor network theory for connectedness: information, systems, people, organizations. In: ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995, Edmond, Alberta. **Anais...** Edmond, Alberta, 1995.

GERMANO, J. Willington. **Estado militar e educação no Brasil 2ª ed**. São Paulo: Cortez, 1994.

GOERGEN, Pedro. A instituição universidade e sua responsabilidade social: anotações críticas. **Questio**– revista de estudos de educação, v. 4 , n. 2, p. 1-25, mai. 2002.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. A universidade e a “sociedade da informação”. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.9, n.1, p.225-242, jul./dez. 2011.

_____. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v.22, n.3, p. 43-60, set./dez. 2012.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

INSFRÀN, Ângela Albuquerque de. **Depoimento**. Entrevista realizada em março 2017.

LUCK, Esther Hermes et al. A Biblioteca Universitária e as diretrizes curriculares do ensino de graduação. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 11, Florianópolis, 2000. **Anais...** Disponível em: <>. Acesso em: 13 abr. 2015.

MENDONÇA, Ana Walesca P. C. Universidade, ciência e cultura no pensamento de Anísio Teixeira. **ALCEU**, Rio de Janeiro, v.4, n.7, p. 150- 163, jul./dez. 2003.

NOGUEIRA, D. T. **Universidade e campus no Brasil**: o caso da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008 (tese de doutorado).

NOGUEIRA, D. T. et al. **Estudo de impacto de vizinhança dos campi da Universidade Federal Fluminense**: Campus do Valonguinho - Campus da Praia Vermelha, Campus do Gragoatá. Niterói, Universidade Federal Fluminense, Superintendência De Engenharia E Projetos, 2011.

OLIVEIRA, Márcia Pinheiro de. **Depoimento**. Entrevista realizada em março de 2017.

PNBU - PLANO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 1. **Regimento**. Brasília: MEC SESu, 1986.

SANTOS, Marivaldina Bulcão dos. Biblioteca universitária: acesso à informação e conhecimento. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17., Porto Alegre, 2012. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: UFRGS, 2012.

SILVA, Ângela Maria. A construção das bibliotecas universitárias no Brasil. **Informação & Universidade**, v. 2, n.1, p. 3-23, 2010.

SNBU – SEMINÁRIO ANCIANA DE BILBIOTECA UNIVERSTÁRIAS, 1, 1978. **Anais...** Niterói: NDC/UFF, 1978.

TEIXEIRA, Anísio. A universidade brasileira no século XX e a premente necessidade da escola pós-graduada. In _____. **Ensino Superior no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1989. Cap. 7.

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Escritório Técnico do Campus. **Anteprojeto**: a implantação do Campus da Universidade Federal Fluminense e sua influência na comunidade Niteroiense. Niterói, set. 1984.

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Núcleo de Documentação. **Seminário interno de aperfeiçoamento profissional**: projetos. Niterói, 1985.

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Núcleo de Documentação. Sobre o Projeto de construção da Biblioteca de Ciências Humanas**– Documento encaminhado ao Sr Francisco da PROPLAN pela Diretora do NDC Eliana Souza Pinheiro. Niterói, NDC. 1991.